

Aspectos Contemporâneos do Direito Aduaneiro no Comércio Internacional
Contemporary Aspects of Customs Law in International Trade

Gustavo Gonçalves Oliveira Silvado¹, Sofia Lara Domingueti²

¹Instituição Centro Universitário do Sul de Minas – GRUPO UNIS/MG, Varginha, Minas Gerais, gustavo.silvado@alunos.unis.edu.br; ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-1464-4538>

²Instituição Centro Universitário do Sul de Minas – GRUPO UNIS/MG, Varginha, Minas Gerais, sofia.domingueti@alunos.unis.edu.br; ORCID: <https://orcid.org/0009-0007-9353-2426>

Orientadora: Rafaela Saraiva Correia; rafaela.correia@professor.unis.edu.br; ORCID: [0009-0003-0472-6845](https://orcid.org/0009-0003-0472-6845)

Coorientador: Rodrigo Braga Faria; rodrigo.faria@unis.edu.br; ORCID: [0000-0001-9317-5392](https://orcid.org/0000-0001-9317-5392)

RESUMO

O Direito Aduaneiro exerce papel fundamental na regulação do comércio internacional, estabelecendo normas para a entrada e saída de mercadorias, garantindo a arrecadação tributária e a proteção da economia nacional. Este trabalho analisa os aspectos contemporâneos do Direito Aduaneiro brasileiro, com foco na modernização tecnológica, na relação com o Direito Tributário e o Direito Internacional, e na importância dos regimes aduaneiros especiais, como o Drawback. A pesquisa, de caráter bibliográfico e documental, demonstra que a globalização, a digitalização e a necessidade de harmonização normativa exigem constante atualização legislativa e capacitação profissional para enfrentar os desafios do comércio global.

Palavras-chave: Direito Aduaneiro; Comércio Internacional; Regimes Especiais; Tributação; Globalização.

1 INTRODUÇÃO

O comércio internacional é um dos pilares da economia global, e sua expansão trouxe novos desafios jurídicos, econômicos e fiscais. Nesse contexto, o Direito

Aduaneiro assume papel essencial ao regular a entrada e a saída de mercadorias, disciplinando tributos, regimes especiais e responsabilidades dos agentes envolvidos.

Nos últimos anos, o avanço tecnológico e as políticas de integração econômica exigiram adaptações normativas e institucionais, tornando o tema cada vez mais relevante. Segundo Sehn (2023), a modernização das aduanas e a harmonização das regras internacionais são fundamentais para garantir eficiência, transparência e segurança jurídica nas operações.

Dessa forma, compreender os aspectos contemporâneos do Direito Aduaneiro significa entender como a globalização, a digitalização e os acordos comerciais vêm moldando o direito e suas práticas, tanto no Brasil quanto no cenário internacional.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 O Direito Aduaneiro na Estrutura Jurídica Brasileira

O Direito Aduaneiro é um ramo autônomo do Direito, embora mantenha conexão direta com o Direito Tributário e o Direito Internacional. Conforme Moraes (2022), ele regula as relações jurídicas que se estabelecem entre o Estado e os particulares em razão das operações de comércio exterior.

O Decreto nº 6.759/2009 (Regulamento Aduaneiro) é o principal instrumento normativo do setor, disciplinando desde o despacho aduaneiro até os regimes especiais. A Receita Federal, por sua vez, atua como autoridade aduaneira, responsável pela fiscalização, controle e arrecadação de tributos.

2.2 A Digitalização e os Desafios Contemporâneos

Nos últimos anos, o Brasil avançou significativamente em iniciativas de desburocratização e informatização do comércio exterior. A implementação do Portal Único de Comércio Exterior (Siscomex) modernizou os processos de importação e exportação, reduzindo prazos e aumentando a eficiência.

Segundo Frazão e Souza (2021), a digitalização trouxe maior transparência, mas também novos riscos, como fraudes eletrônicas e inconsistências nos registros fiscais. Esses desafios demandam profissionais mais preparados e uma legislação adaptada às tecnologias emergentes, como blockchain e inteligência artificial, que começam a ser aplicadas em sistemas aduaneiros internacionais.

2.3 Regimes Aduaneiros Especiais e Competitividade

Os regimes aduaneiros especiais, como o Drawback, o Entrepasto Aduaneiro e a Admissão Temporária, são instrumentos estratégicos para fomentar a competitividade das empresas brasileiras no mercado global.

De acordo com Carvalho (2023), o Drawback contribui para o aumento das exportações e a geração de empregos, ao permitir a suspensão ou isenção de tributos sobre insumos importados destinados à exportação. No entanto, a complexidade dos procedimentos ainda é um obstáculo para pequenas e médias empresas, que enfrentam dificuldade em cumprir os requisitos fiscais exigidos.

3 MATERIAL E MÉTODOS

A presente pesquisa foi desenvolvida por meio de abordagem qualitativa, descritiva e exploratória, com ênfase na análise bibliográfica e documental. O objetivo foi compreender os aspectos contemporâneos do Direito Aduaneiro brasileiro, especialmente as transformações decorrentes da digitalização, da globalização e da integração normativa internacional.

Foram consultados livros, artigos científicos, legislações e documentos oficiais publicados entre 2020 e 2025, buscando informações atualizadas sobre o tema. As fontes foram obtidas em revistas acadêmicas, sites jurídicos e publicações de órgãos ligados ao comércio exterior.

A pesquisa seguiu etapas de levantamento, seleção e análise das informações, priorizando conteúdos que tratassem da modernização das aduanas, dos regimes aduaneiros especiais e da relação entre o Direito Aduaneiro e o Direito Tributário.

Esse método permitiu compreender de forma clara como o Direito Aduaneiro vem se adaptando às novas exigências do comércio global, destacando a importância da atualização das normas e da capacitação dos profissionais que atuam na área.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Evolução do Sistema Aduaneiro Brasileiro

A partir da década de 1990, o Brasil iniciou um processo de modernização aduaneira, impulsionado por acordos internacionais e pela necessidade de maior competitividade. Hoje, a atuação da Receita Federal é orientada por princípios como eficiência, segurança e simplificação, em consonância com o Acordo de Facilitação de Comércio da OMC.

Segundo Sehn (2023), a integração de sistemas eletrônicos e o uso de dados antecipados de carga aumentaram a eficiência e reduziram a evasão fiscal, mas também exigem harmonização entre os entes federativos e maior capacitação técnica dos servidores.

4.2 O Papel do Direito Aduaneiro na Sustentabilidade e na Ética Comercial

Nos últimos anos, observa-se uma tendência crescente de vincular as práticas aduaneiras a princípios de sustentabilidade e compliance.

Frazão e Souza (2021) destacam que medidas aduaneiras sustentáveis, como controle de resíduos perigosos e estímulo à economia circular, refletem o compromisso internacional do Brasil com a Agenda 2030 da ONU.

Além disso, práticas de compliance aduaneiro tornaram-se fundamentais para reduzir riscos de corrupção e aumentar a confiança nas relações comerciais entre empresas e Estado.

4.3 A Interação com o Direito Tributário e Internacional

O Direito Aduaneiro não se limita às fronteiras nacionais; ele se insere num contexto global de cooperação entre países. Conforme Moraes (2022), os tratados internacionais e convenções alfandegárias — como o Sistema Harmonizado de Designação e Codificação de Mercadorias (SH) e as regras da OMC — exercem forte influência sobre o direito interno.

A integração normativa é essencial para garantir segurança jurídica às empresas que operam no comércio exterior, evitando dupla tributação e facilitando a movimentação internacional de bens.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Direito Aduaneiro contemporâneo reflete a complexidade e a interdependência

da economia global. Mais do que um instrumento de arrecadação, ele representa um mecanismo de equilíbrio entre liberdade comercial e controle estatal, promovendo a proteção econômica, ambiental e fiscal do país.

Os avanços tecnológicos, as exigências ambientais e a crescente integração internacional exigem atualização constante da legislação e capacitação técnica dos profissionais da área.

Dessa forma, o fortalecimento institucional e a harmonização das normas internacionais devem ser vistos como caminhos indispensáveis para o desenvolvimento sustentável do comércio exterior brasileiro.

ABSTRACT

Contemporary Aspects of Customs Law in International Trade

Customs Law plays a fundamental role in regulating international trade by establishing rules for the entry and exit of goods and ensuring tax collection and national economic protection. This paper analyzes contemporary aspects of Brazilian Customs Law, focusing on technological modernization, the relationship with Tax and International Law, and the relevance of customs regimes such as Drawback. The research, based on bibliographic and documentary analysis, highlights the need for continuous modernization, legal harmonization, and professional qualification to address current challenges in global trade.

Keywords: Customs Law, International Trade, Drawback, Tax Law, Globalization.

REFERÊNCIAS

ALVES, J.; RÓS, J. C. (2013). Direito Aduaneiro e seus Fundamentos. [s.l.]: [s.n.]. Disponível em: <https://unisantacruz.edu.br/revistas-old/index.php/JICEX/article/view/283/279>. Acesso em: 5 nov. 2025.

CARVALHO, T. P. (2023). Regimes aduaneiros especiais e sua relevância na competitividade internacional. Revista Jurídica de Comércio Exterior, 19(2), 45-61.

FAZOLO, D. B. (2024). *Infrações Aduaneiras à Luz do Direito Aduaneiro Internacional*. São Paulo: Caput Libris Editora / NSM Editora.

FRAZÃO, L.; SOUZA, R. (2021). A transformação digital nas operações de comércio exterior: desafios jurídicos e oportunidades. *Revista de Direito Internacional Econômico*, 8(1), 95-112.

MORAES, A. F. de. (2022). O Direito Aduaneiro na era digital: desafios da harmonização normativa. *Revista da Advocacia-Geral da União*, 21(2), 145-166.

SEHN, S. (2023). Relação Jurídica Aduaneira e os Novos Paradigmas do Comércio Global. *Revista de Direito Aduaneiro, Marítimo e Portuário*, 13(76), 82-95. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=4634452. Acesso em: 5 nov. 2025.